

tabelecer um prognóstico de adaptação às exigências do posto de trabalho a ocupar, tendo como referência o perfil de competências previamente definido.

10.3 — A Avaliação Curricular (AC) visa avaliar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica, formação profissional, experiência profissional e avaliação de desempenho obtida.

10.4 — A Entrevista de Avaliação de Competências (EAC) visa obter através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função.

10.5 — Classificação final: A classificação e a ordenação final dos candidatos que completem o procedimento será expressa na escala de 0 a 20 valores, resultante da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção, por aplicação da(s) seguinte(s) fórmulas, conforme os métodos aplicados aos candidatos: $CF = (PC \times 70\%) + (AP \times 30\%)$ ou $CF = (AC \times 70\%) + (EAC \times 30\%)$ em que: CF = Classificação Final; PC = Prova de Conhecimentos; AP = Avaliação Psicológica; AC = Avaliação Curricular; EAC = Entrevista de Avaliação de Competências.

11 — Cada um dos métodos de seleção é eliminatório, sendo excluídos do procedimento os candidatos que obtenham uma valoração inferior a 9,50 valores em qualquer dos métodos, não lhes sendo aplicado o método seguinte. A falta de comparência dos candidatos a qualquer um dos métodos de seleção, que exijam a sua presença, equivale à sua exclusão do procedimento.

12 — Em caso de igualdade na classificação final entre candidatos os critérios de preferência a adotar são os previstos no artigo 35.º da Portaria. Em caso de persistir a situação de igualdade de valoração, a ordenação final dos candidatos é efetuada de forma decrescente, tendo por preferência os seguintes critérios:

- a) Valoração da experiência profissional (EP);
- b) Valoração da habilitação académica (HA);
- c) Valoração da formação profissional (FP).

13 — Composição do Júri:

Presidente — Manuel de Melo Cruz, técnico superior (Eng. Civil);
1.º Vogal efetivo — António Paiva Mendes, Encarregado Operacional que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos;

2.º Vogal efetivo — João Manuel Nunes Mendes, Diretor de Departamento de Administração Geral e Finanças;

1.º Vogal suplente — António Alcino Gouveia Rodrigues de Brito, Encarregado Operacional;

2.º Vogal suplente — José João Fonseca Saraiva, Encarregado Operacional.

14 — As atas do Júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são facultadas aos candidatos sempre que solicitadas nos termos da Portaria n.º 83-A/2009, na sua atual redação.

15 — As notificações dos candidatos serão efetuadas nos termos do n.º 3 do artigo 30.º, da Portaria n.º 83-A/2009, na sua atual redação.

16 — As listas unitárias de ordenação final, após homologação, são afixadas em local visível e público das instalações deste Município e disponibilizadas na sua página eletrónica, sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do *Diário da República* com informação sobre a sua publicação.

17 — Prazo de validade — O procedimento concursal é válido para o preenchimento dos postos de trabalho a ocupar e para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, alterada e republicada em anexo à Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

18 — Legislação aplicável: Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril e Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho.

19 — A consulta prévia à Entidade Centralizadora para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), prevista no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, está temporariamente dispensada, uma vez que ainda não foi publicitado qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento. Não existem reservas de recrutamento no Município de Oliveira do Hospital para os recrutamentos em causa. De acordo com solução interpretativa uniforme da Direção-Geral das Autarquias Locais, de 15 de maio de 2014, devidamente homologada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local, em 15 de julho de 2014, «As autarquias locais não têm de consultar a Direção-Geral da Qualifi-

cação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação».

20 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro é reservada uma quota de lugares a preencher por pessoas com deficiência.

21 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, o presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt) no 1.º dia útil seguinte à presente publicação no *Diário da República*, na página eletrónica do Município em (www.cm-oliveiradohospital.pt) conjuntamente e, por extrato, no prazo máximo de 3 dias úteis, num jornal de expansão nacional.

22 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, o Município, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na formação profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação. Em tudo o que não esteja previsto no presente aviso, aplicam-se as normas constantes da legislação atualmente em vigor.

23 — Os dados pessoais que irão ser recolhidos destinam-se exclusivamente aos fins do presente procedimento concursal.

14 de março de 2019. — O Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, *José Carlos Alexandrino Mendes*.

312142478

MUNICÍPIO DE OURÉM

Aviso (extrato) n.º 6813/2019

Revisão do Plano Diretor Municipal — Prorrogação de prazo

Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque, Presidente da Câmara Municipal de Ourém, torna público, que a Câmara Municipal de Ourém deliberou, em 07 de janeiro de 2019, que a prorrogação do prazo para a conclusão do procedimento de *revisão* do Plano Diretor Municipal de Ourém tenha efeitos no período compreendido entre 14 de junho de 2017 e 14 de junho de 2020.

14 de março de 2019. — O Presidente da Câmara Municipal, *Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque*.

Deliberação

Reunião pública de 07 de janeiro de 2019

No âmbito do assunto em referência (prorrogação de prazo do Plano Diretor Municipal de Ourém) foi apresentada a informação n.º 23/18/DOT/671, de 12 de dezembro findo, da Divisão de Ordenamento do Território “[...] acerca da necessidade de a Câmara Municipal deliberar prorrogar o prazo do procedimento de *revisão* do Plano Diretor Municipal “[...]”.

A Câmara deliberou, por unanimidade, determinar:

Primeiro — a não caducidade do procedimento, com efeitos retroativos a 14 de junho 2017;

Segundo — que esta prorrogação tenha efeitos no período compreendido entre 14 de junho de 2017 e 14 de junho de 2020.

11 de janeiro de 2019. — A Chefe da Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente, *Clarisse Neves*.

612155065

MUNICÍPIO DO PORTO

Declaração de Retificação n.º 350/2019

Nos termos do artigo 174.º do Código do Procedimento Administrativo na sua atual redação, retifica-se o seguinte ponto do Aviso n.º 5347/2019, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 61, de 27.03.2019, respeitante à Ref.ª 20/19:

Do ponto 14.7.2 é para considerar sem efeito a parte respeitante à Legislação/Bibliografia específica no que concerne à Ref.ª 20/19.

5 de abril de 2019. — A Diretora Municipal de Recursos Humanos, *Salomé Ferreira*.

312209116